



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO  
EXERCÍCIO : 2009  
PROCESSO Nº : 35.000000420/2010-51  
UNIDADE AUDITADA : INSS/COGEFIN/DF  
CÓDIGO UG : 510001  
CIDADE : BRASÍLIA  
RELATÓRIO Nº : 244083  
UCI EXECUTORA : 170972

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 244083, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 6.4.2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 5.4.2010 a 2.6.2010, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

**II - RESULTADO DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008, 97/2009 e 100/2009.

**4.1 ITEM 01 - AVAL RESULTADOS QUANTI/QUALI GESTÃO**

No âmbito do INSS são executadas ações que dão suporte e permitem a manutenção e implementação de políticas públicas de Previdência Social. A seguir, para os programas e ações que foram objeto de atuação desta CGU, é apresentada a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da autarquia nos programas previdenciários:

<b>Programa 0083 - Previdência Social Básica</b> <b>Objetivo:</b> Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.				
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade
<b>Ação 009W - Compensação Previdenciária (Compensações deferidas no ano)</b> <b>Objetivo:</b> Realizar a compensação financeira entre o RGPS e os RPPS, dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição.				
Física	1.000	215.610	21,561	<p>Sobre o resultado da ação, consta nos registros do SIGPlan o esclarecimento de que a previsão inicial da LOA não reflete a realidade da compensação previdenciária, sendo o quantitativo físico adequado o de 200.000 requerimentos decididos, demonstrando que a relação execução/previsão real foi de 108%. Contudo, a despeito do resultado satisfatório em relação às metas estabelecidas, em razão do monitoramento sistemático dos atos de gestão realizado por esta CGU sobre a Ação, verificou-se:</p> <p>a) Não compensação do montante estimado mensal de R\$ 4.251.000,00, referente a 43.665 requerimentos, em decorrência da falta de assinatura do acordo de cooperação técnica por parte dos RPPS;</p> <p>b) Ausência de sistemática de identificação e dedução, no encontro de contas da compensação previdenciária, das contribuições devidas ao RGPS pelos entes federativos, não recolhidas no prazo estabelecido;</p> <p>c) Não compensação pelo INSS do valor estimado de R\$ 4.688.000,00 por mês em decorrência da falta de tempestividade dos RPPS na análise dos requerimentos de compensação financeira do RGPS;</p>
Financeira	1.275.516.148	1.246.161.329	97,70	<p>d) Ausência de regras para o processo de seleção e deferimento dos requerimentos compensação previdenciária, executado pelos agentes do INSS.</p> <p>Os gestores do INSS vêm, em função das recomendações formuladas pela CGU, adotando medidas que visam disciplinar e conceder maior transparência às atividades executadas no âmbito da Ação. É possível destacar, dentre essas providências, a publicação do Decreto N.º 6.900, de 15.7.2009, da Portaria Interministerial MPS/MF N.º 410, de 29.7.2009, e da Portaria MPS N.º 287, de 5.11.2009, que regulam a dedução, no encontro de contas da compensação previdenciária, das contribuições devidas ao RGPS pelos entes federativos e estabelecem regras para o processo de seleção e deferimento dos requerimentos de compensação previdenciária. Porém, o atendimento das recomendações e a obtenção de resultados efetivos dependem de ações conjuntas da Dataprev, PFE, PGFN, SPS e RFB.</p>
<b>Ação 2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social (Unidades em funcionamento)</b> <b>Objetivo:</b> Preservar o funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social, mantendo as instalações bem conservadas, equipadas e adaptadas, visando atender com qualidade seus usuários.				
Física	1.167	1.321	113,20	<p>Do ponto de vista do atingimento das metas previstas, este se comportou além do estabelecido, uma vez que foram mantidas 154 unidades a mais, com menos recursos. Entretanto, os trabalhos realizados pela CGU, com o propósito de avaliar a execução da Ação, demonstraram a existência de falhas nos processos gerenciais na área de suprimento de bens e serviços das Gerências e Agências da Previdência Social, em especial no que se refere à execução dos procedimentos licitatórios, fiscalização dos contratos e seus respectivos pagamentos. Dentre os fatores que determinaram as citadas ocorrências destacam-se a carência de servidores nas áreas de licitações e contratos das Gerências-Executivas, carência de servidores aptos a exercer a função de fiscais de contrato e Ausência de rotinas de controle preventivo por parte do Órgão Central do INSS junto às Unidades Regionais, na área de licitações e contratos.</p>
Financeira	484.521.250	436.651.269	90,12	
<b>Ação 2564 - Gestão de Cadastros para a Previdência Social (Informação processada x 1000)</b> <b>Objetivo:</b> Garantir a confiabilidade e segurança das informações dos segurados e dependentes do RGPS objetivando a otimização do processo de reconhecimento e manutenção de direitos ao recebimento de benefícios administrados pelo INSS, possibilitando maior controle por parte da sociedade, reduzindo a incidência de fraudes e, consequentemente, de pagamentos indevidos.				
Física	2.644.740	2.688.603	101,66	<p>A execução física e financeira da ação comportou-se dentro do estabelecido para o período. Apesar disso, no cruzamento de dados feito por esta CGU apurou-se falhas na base de dados do CNIS, em decorrência da não realização de cruzamentos dos seus dados com os da MACIÇA e RAIS, com o intuito de comprovar a fidedignidade das informações utilizadas para a concessão de benefícios por incapacidade, de forma a evitar que sejam beneficiadas pessoas que se encontram ativas, por meio de permanente monitoramento do mercado de trabalho. Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Em relação às melhorias, o Instituto está investindo na Melhoria dos Sistemas objetivando a construção do SIBE – Sistema Integrado de Benefícios. Além disso, pretende criar uma rotina de batimento da Maciça com o SIM, mediante convênio com o Ministério da Saúde. Importante ressaltar, ainda, a verificação mensal da Maciça para identificar eventuais pagamentos de benefícios com valor da renda superior ao teto constitucional e a renovação de senha e “fé de vida” pela rede bancária.</p>
Financeira	89.155.300	81.050.853	90,91	

<b>Programa 0083 - Previdência Social Básica</b>				
<b>Objetivo:</b> Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.				
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade
<b>Ação 0137 - Pagamento de Abono de Permanência em Serviço (Pessoa beneficiada)</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS renda mensal correspondente a 25% ou 20%, conforme o caso, do valor da aposentadoria a que teria direito.				
Física	1.508	552	36,60	Por se tratar de atividade por demanda, o quantitativo executado correspondeu ao número de pessoas que buscaram o benefício. Contudo, há que se registrar que no cruzamento de dados feito por esta CGU visando verificar a regularidade dos pagamentos da espécie efetuados, foi constatado o pagamento concomitante do benefício com os de Aposentadoria, benefícios inacumuláveis por lei.
Financeira	8.611.860	6.372.388	74,00	Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuais apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro.
<b>Ação 0010 - Pagamento de Aposentadorias Área Rural (Aposentado beneficiado)</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social RGPS da área rural pagamentos mensais vitalícios em decorrência do tempo de contribuição, idade avançada e incapacidade para o trabalho.				
Física	5.669.758	5.775.391	101,86	O atingimento da meta se deu de forma satisfatória. Entretanto, no cruzamento de dados efetuado por esta CGU foi verificado: a) Pagamento concomitante de Aposentadoria Rural com espécie de aposentadoria incompatível; b) Pagamento de aposentadoria rural a beneficiários já falecidos; c) Pagamento de aposentadorias rurais por invalidez a beneficiários percebendo remuneração pelo trabalho, descaracterizada assim sua condição de incapacidade; d) Manutenção de benefícios com indícios de irregularidade já evidenciados trabalhos anteriores.
Financeira	34.800.210.973	34.170.437.445	98,19	Verificou-se ainda, nas fiscalizações realizadas pela CGU: a) falhas no processo de alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBÍ; b) falhas no monitoramento das informações enviadas pelos Cartórios (quantitativa e qualitativa); c) falhas na fiscalização para cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91; d) pagamento a beneficiários já falecidos. Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuais apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro.
<b>Ação 0132 - Pagamento de Aposentadorias Área Urbana</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS pagamentos mensais vitalícios em decorrência do tempo de contribuição, idade avançada e incapacidade para o trabalho.				
Física	9.241.001	9.079.669	98,25	As metas previstas para o exercício foram atingidas satisfatoriamente, tanto na parte física como na financeira. Entretanto, no cruzamento das bases de dados, nas auditorias realizadas nas agências do IN e nas fiscalizações efetuadas em Municípios foi constatado o seguinte: a) Pagamento concomitante de aposentadorias incompatíveis; b) Pagamento de aposentadoria a beneficiários falecidos; c) Pagamento de aposentadorias urbanas por invalidez a beneficiários percebendo remuneração pelo trabalho; e d) falhas das APS na execução dos procedimentos operacionais referentes à concessão de benefícios. Dentre os fatores que determinaram os fatos identificados destacam-se a existência de falhas nos cadastros dos sistemas SISBEN e SISOBÍ; falta de rotina de consultas a bases de dados diversas (CNIS, RAIS, INFGER, SIM e outras) a fim de realizar monitoramento e avaliação das informações registradas nas bases de dados da Previdência Social; falta de rotina de validação mensal da MACIÇA; falta de capacitação dos servidores; falta de fiscalização do monitoramento dos cartórios no que se refere ao envio regular e tempestivo os registros de óbitos ao Instituto.
Financeira	106.022.800.873	105.231.219.744	99,25	Em atendimento às recomendações formuladas pela CGU, com o propósito de evitar, de fato, a ocorrência institucional, as citadas ocorrências e consequentemente o pagamento indevido de benefícios, os gestores informaram que o INSS está investindo na melhoria dos Sistemas de Benefícios objetivando a construção do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE em substituição aos sistemas atuais, a fim de otimizar o controle na entrada de dados, mediante regras de negócio definidas, com isto reduzindo a participação do servidor nas decisões dos benefícios. Além disso, pretende criar uma rotina de batimento da Maciça com o SIM, mediante convênio com o Ministério da Saúde. Importante ressaltar, ainda, a verificação mensal da Maciça para identificar possíveis benefícios com renda superior ao teto constitucional e a renovação da senha e "fê de vida" pela rede bancária. Quanto ao aprimoramento do SISOBÍ, criou-se Grupo de Trabalho. O SISOBÍ servirá de base para a construção do módulo de óbito no SIRC e será intercambiada informações com o SIM. O gestor informa, em relação aos cartórios, que está desenvolvendo o Sistema de Aplicativos de Multas, e elaboração de Minuta de Instrução Normativa. Encontra-se, ainda, em elaboração proposta de alterações para as Leis 8.212/91 e 8.213/91 e para o Regulamento da Previdência Social.

<b>Programa 0083 - Previdência Social Básica</b>				
<b>Objetivo:</b> Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.				
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade
<b>Ação 0133 - Pagamento de Aposentadorias Especiais (Aposentado beneficiado)</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS uma renda mensal em decorrência de trabalho por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, submetido a condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física.				
Física	444.328	381.105	85,77	O atingimento das metas previstas para o exercício foi alcançado satisfatoriamente. Entretanto, como resultado do cruzamento de dados levado a efeito pela CGU, foi constatada a realização de pagamentos de aposentadorias especiais a beneficiários já falecidos.
Financeira	6.716.981.995	6.714.773.880	99,97	Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuais apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro.
<b>Ação 0136 – Pag. de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Urbana (Pessoa beneficiada)</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS renda mensal, de caráter temporário, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou de trabalho, e ao dependente, em decorrência de detenção ou reclusão do segurado.				
Física	2.023.283	1.495.624	73,92	Por se tratar de meta cujo atingimento depende da demanda, a baixa execução de concessão de benefícios se justifica. Merece destaque, entretanto, em relação a tais benefícios, que no cruzamento das bases de dados dos sistemas corporativos do INSS realizado pela CGU, foi constatada a realização de pagamentos incompatíveis, como os a seguir informados: a) Pagamentos conjuntos de aposentadorias e auxílio-doença; b) Pagamentos indevidos de aposentadorias cumulativamente com auxílio-acidente; c) Pagamentos indevidos de mais de um benefício de auxílio-acidente; d) Pagamento indevido de mais de um benefício de auxílio-doença; e) Pagamento indevido de auxílio-reclusão e aposentadorias;
Financeira	16.230.953.367	15.733.704.088	96,94	f) Pagamento indevido de auxílio-reclusão e auxílio-doença; g) Pagamentos de benefícios por incapacidade (auxílio-doença) a trabalhadores ativos; e h) Benefícios já apontados pela CGU com indícios de irregularidade com pagamentos mantidos pelo INSS. Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuais apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro.
<b>Ação 001P – Pag. de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural (Pessoa beneficiada)</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar ao segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS da área rural renda mensal, de caráter temporário, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou de trabalho, e ao dependente, em decorrência de detenção ou reclusão do segurado.				
Física	165.505	146.389	88,45	Por se tratar de meta cujo atingimento depende da demanda, a redução havida no percentual de execução de concessão dos benefícios fica justificado. Entretanto, merece destaque o fato de terem sido apuradas no cruzamento das bases de dados do INSS as seguintes questões: a) Pagamentos conjuntos de aposentadorias e auxílio-doença; b) Pagamentos indevidos de aposentadorias cumulativamente com auxílio-acidente; c) Pagamentos indevidos de mais de um benefício de auxílio-acidente; d) Pagamento indevido de mais de um benefício de auxílio-doença; e) Pagamento indevido de auxílio-reclusão e aposentadorias;
Financeira	939.731.653	910.122.075	96,85	f) Pagamento indevido de auxílio-reclusão e auxílio-doença; g) Pagamentos de benefícios por incapacidade (auxílio-doença) a trabalhadores ativos; e h) Benefícios já apontados pela CGU com indícios de irregularidade com pagamentos mantidos pelo INSS. Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuais apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro.
<b>Ação 001Q - Pagamento de Pensões - Área Rural (Pensionista beneficiado)</b>				
<b>Objetivo:</b> Assegurar aos dependentes de segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS da área rural renda mensal por morte deste.				
Física	2.134.916	2.056.381	96,32	O atingimento das metas previstas para o exercício foi alcançado satisfatoriamente. Entretanto, merecem destaque as inconsistências identificadas pela CGU na execução desta ação, por meio do cruzamento das bases de dados do INSS, quais sejam: a) Pagamento conjunto de mais de uma pensão; b) Manutenção de pagamento de pensões com indícios de irregularidade apontadas pela CGU.
Financeira	12.380.249.646	12.278.925.734	99,18	Por outro lado, no 28º Sorteio de Municípios foi detectada a manutenção de benefícios da espécie a pessoas já falecidas, e com endereços ou dados cadastrais errados. Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuais apontadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo de Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro

<b>Programa 0083 - Previdência Social Básica</b> <b>Objetivo:</b> Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.				
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade
<b>Ação 00134 - Pagamento de Pensões - Área Urbana (Pensionista beneficiado)</b> <b>Objetivo:</b> Assegurar aos dependentes de segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS renda mensal por morte deste.				
Física	4.702.601	4.529.045	96,31	O atingimento das metas previstas para o exercício foi alcançado satisfatoriamente. Entretanto, é digno de destaque que, no cruzamento das bases de dados do INSS, a CGU detectou o seguinte: a) Pagamento conjunto de mais de uma pensão; b) detecção de pensões já apontadas pela CGU com indícios de irregularidade com pagamentos mantidos pelo INSS. Já no 28º Sorteio de Municípios foi detectada a manutenção de benefícios da espécie a pessoas já falecidas, e com endereços ou dados cadastrais errados. Para o fato constatado o gestor informou que a apuração das inconsistências pontuadas está sendo trabalhada pelas Gerências-Executivas, inclusive mediante Termo Compromisso. Obs: As ações de caráter institucional adotadas pelo INSS encontram-se consignadas na avaliação da Ação 0132 deste quadro
Financeira	42.900.657.899	42.456.402.538	98,96	
<b>Ação 2578 - Serviço de Perícia Médica (Perícia médica realizada)</b> <b>Objetivo:</b> Disponibilização dos serviços de perícia médica nas Agências de Atendimento, com utilização dos profissionais da área médico-pericial do Quadro do INSS e dos profissionais e entidades de saúde credenciados para realização de pareceres especializados e de exames complementares.				
Física	9.315.055	7.705.105	82,72	A despeito da execução satisfatória da ação sob os aspectos físico e financeiro, de acordo com as ações de controle realizadas durante o ano de 2009 foi constatada a ocorrência de queda no desempenho operacional da atividade de perícia médica, evidenciando-se que os seguintes aspectos comprometeram a execução da mesma: a) Acentuada redução na realização dos serviços de perícia ambulatorial; b) Falta de registro e controle sobre a realização das atividades complementares dos servidores da área médico-pericial; c) Insuficiência do número de salas de perícia; d) Problemas relacionados aos sistemas corporativos; e) Infringências ao Regime Disciplinar dos Servidores Públicos, por parte dos médicos-peritos. Para correção de tais questões foram adotadas as seguintes providências pelo gestor: a) Abertura de opção para redução da jornada de trabalho para 30h (com redução proporcional de vencimento) para o cargo de perito médico, tanto para os concursos encerrados como para os em andamento. b) Inclusão do registro e controle das atividades complementares à perícia Médica no SIBE, que está em desenvolvimento. c) Criação de registro de histórico no SISREF, em que constam os horários efetivamente registrados pelos servidores, independentemente de ter havido abono de horas
Financeira	5.000.000	4.898.546	97,97	

<b>Programa 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários</b> <b>Objetivo:</b> Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.				
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade
<b>Ação 2563 - Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários (unidade avaliada/unidade)</b> <b>Objetivo:</b> Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes/usuários, por meio de atendimento programado, seletivo e resolutivo.				
Física	895	1.120	125,14	O resultado apurado evidencia ter havido superestimativa de recursos para o custeio da Ação, uma vez que restou consignada a possibilidade de realização física superior em 25,14% acima do estabelecido, com menos dispêndios. Alie-se a este diagnóstico as constatações apuradas por esta CGU que comprometem a qualidade dos serviços previdenciários, tais como: i) Intempestividade na análise de processos de recursos; ii) Intempestividade na concessão de benefícios; . iii) Intempestividade na revisão de benefícios; e iv) Existência da “fila virtual”, com prazos de agendamento superiores a 30 dias. Além da implantação de alguns sistemas informatizados, os gestores do INSS registram a elaboração do Plano de Ação para 2010 como ferramenta que permitirá um monitoramento mais efetivo da qualidade do serviço previdenciário.
Financeira	3.041.121	2.521.873	82,77	



Programa 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários				
Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.				
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade
<b>Ação 116V - Instalação de Unidades de Financiamento do INSS</b>				
<b>Objetivo:</b> Promover autonomia da infra-estrutura do INSS onde o mesmo não dispõe de imóvel próprio ou adequado ao desenvolvimento das atividades de suas unidades de atendimento e/ou administrativas, para: a) reduzir a dependência do INSS em locação ou cessão de imóveis de terceiros, em face desta constituir-se na maioria das vezes fator limitante da uniformização da melhoria do atendimento e ineficiência logística; b) elevar a garantia de continuidade dos serviços públicos previdenciários; c), promover a modernização do ambiente de trabalho em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo: acessibilidade, padronização da instalação física e do mobiliário, segurança e conforto.				
Física	322	1	0,31	Segundo o gestor, foi licitado um total de 110 obras no exercício de 2009, com previsão de conclusão no decorrer do exercício de 2010. Ressalte-se que foi aprovado em novembro de 2010 um crédito suplementar para esta Ação no valor total de R\$ 561.396.170,00, sendo empenhado R\$ 290.944.052,39, sendo pago no exercício de 2009 R\$ 12.849.741,00 e registrado em Restos a Pagar o valor de R\$ 278.094.311,45. Verificamos que apenas 1 (uma) obra foi concluída, a da APS de Tauá/Ceará.
Financeira	665.491.890	14.260.540	2,14	Por se tratar de obras de engenharia, as fragilidades existentes e as medidas adotadas para correção dessas foram retratadas na ação 5509.
<b>Ação 114M - Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS (% prédio reformado)</b>				
<b>Objetivo:</b> Recuperar, reformar e modernizar (retrofit) as instalações físicas do edifício-sede do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.				
Física	6	77	1.283,33	O Gestor informou que o percentual de execução física da obra deve ser analisado levando-se em consideração os Restos a Pagar de 2008, visto que o físico executado em 2009 foi realizado utilizando-se dos referidos recursos, o que significa que a totalidade da obra foi realizada com recursos financeiros do exercício anterior. Por se tratar de obra de engenharia, as fragilidades existentes e as medidas adotadas para correção dessas foram retratadas na ação 5509.
Financeira	24.500.000	0,00	0,00	
<b>Ação 8869 - Reforma e Adaptações das Unidades do INSS (unidade de atendimento reformada)</b>				
<b>Objetivo:</b> Reformar e adaptar as unidades do INSS visando garantir as condições de uniformização, segurança, conforto e acessibilidade aos usuários, adequando o ambiente de trabalho de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.				
Física	46	81	176,09	O gestor informou que foram concluídas em 2009 um total de 81 obras em todo o território nacional. Constam do Plano de Obras mais de 120 obras em execução, com previsão de conclusão durante o exercício de 2010. As obras que não foram concluídas em 2009 continuarão a sua execução em 2010, utilizando-se o RAP de 2009. Por se tratar de obras de engenharia, as fragilidades existentes e as medidas adotadas para correção dessas foram retratadas na ação 5509.
Financeira	117.800.000	5.685.164	4,83	
<b>Ação 5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social (unidade de atendimento reformulada)</b>				
<b>Objetivo:</b> Garantir a uniformização das unidades da rede de atendimento, assegurando agilidade à prestação de serviços, comodidade aos usuários e ampliação do controle social.				
Física	87	35	40,23	O gestor informou que foram concluídas um total de 35 obras em todo o território nacional. Constam do Plano de Obras mais 40 obras em execução, com previsão de conclusão durante o exercício de 2010. As obras que não foram concluídas em 2009 continuarão a sua execução em 2010 utilizando o RAP de 2009.
Financeira	25.500.000	5.246.020	20,57	No acompanhamento de caráter sistemático das ações de controle envolvendo obras de engenharia, verificamos os seguintes problemas: i) subjetividade dos critérios de priorização das unidades a serem contempladas; ii) falta de acompanhamento da efetividade da execução da ação orçamentária; iii) baixos percentuais de execução da ação orçamentária. O gestor informou como providências para solução das fragilidades identificadas a realização de estudos no sentido de estabelecer as obras prioritárias, a criação de indicadores que permitam o acompanhamento da efetividade das ações implementadas - ainda não estabelecidos - e a implantação do SAO - Sistema de Acompanhamento de Obras.

Na execução dos programas de responsabilidade do INSS identificamos que, em geral, as ações alcançaram percentuais satisfatórios de execução, atingindo as metas estabelecidas ou níveis próximos ao estabelecido. Detectamos, todavia, que foi considerada a execução de metas no exercício de 2009, relativas ao programa 0085, cujos recursos integravam o orçamento de 2008, e foram inscritos em Restos a Pagar no final desse exercício, fato que distorce a evidência do resultado alcançado no período, tanto física como financeiramente. Detectamos, ainda, a ocorrência de pagamentos indevidos de benefícios, bem como falhas gerenciais nas Agências da Previdência Social (APS), impactando na execução das ações relativas ao Programa 0083.

## 4.2 ITEM 02 - AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

Com o objetivo de aferir a mensurabilidade e utilidade dos indicadores de gestão, apresentados pelo INSS para o exercício de 2009, procedemos à avaliação do rol constante em item específico de seu Relatório de Gestão.

O seguinte quadro demonstra a análise efetivada, cujo teor ressalta a existência ou não dos atributos verificados para cada indicador:

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	É ÚTIL?	É MENSURÁVEL?	2007	2008	2009
<b>Tempo Médio de Espera - TME</b>	Aferir o tempo médio de espera dos clientes para iniciar o atendimento	Soma dos tempos compreendidos entre a chamada da senha no painel, menos a entrega da senha ao cliente / Quantidade de atendimentos	Sim	Sim	46:55 Crítico	36:14 Atenção	32:35 Atenção
<b>Índice de Requerimentos de Benefícios pelos Canais Remotos - IRCR</b>	Medir a incidência de pessoas que fazem sua solicitação de benefícios por meio dos canais remotos	Quantidade de requerimentos, de benefícios efetuados pelos canais remotos / Quantidade total de requerimentos de benefícios	Sim	Sim	51,42% Atenção	56,71% Atenção	58,75% Atenção
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado - TMEA</b>	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim	54 Crítico	41 Atenção	21 Bom
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado - TMEA (Aposentadoria)</b>	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Aposentado-ria	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (aposentadoria) até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim	N/A	45 Atenção	20 Bom
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado - TMEA (Pensões)</b>	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço Pensões	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (pensões) até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim	N/A	15 Bom	13 Bom
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado - TMEA (LOAS)</b>	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço LOAS	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (LOAS) até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim	N/A	36 Atenção	22 Bom

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	É ÚTIL?	É MENSURÁVEL?	2007	2008	2009
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado - TMEA (Salário Maternidade)</b>	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (Salário Maternidade) até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim	N/A	50 Crítico	27 Bom
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado - TMEA (CTC)</b>	Aferir o tempo em que o cliente aguarda para ser atendido, bem como a capacidade da APS em recepcionar toda sua demanda dentro de um limite de tempo aceitável, no serviço CTC	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento (Certidão de Tempo de Contribuição - CTC) até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim	N/A	35 Atenção	17 Bom
<b>Tempo Médio de Concessão - TMC</b>	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável	Soma dos tempos de processamento dos benefícios - (DDB-DER), exceto despachos 03 e 04 / Quantidade de benefícios concedidos	Sim	Sim	33 Atenção	27 Bom	23 Bom
<b>Tempo Médio de Concessão - TMC (Aposentadoria)</b>	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Aposentadoria	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (aposentadoria) - (DDB-DER), exceto despachos 03 e 04 / Quantidade de benefícios concedidos	Sim	Sim	N/A	50 Crítico	31 Atenção
<b>Tempo Médio de Concessão - TMC (Pensão)</b>	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Pensão	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (pensões) - (DDB-DER), exceto despachos 03 e 04 / Quantidade de benefícios concedidos	Sim	Sim	N/A	21 Bom	16 Bom
<b>Tempo Médio de Concessão - TMC (LOAS)</b>	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço LOAS	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (LOAS) - (DDB-DER), exceto despachos 03 e 04 / Quantidade de benefícios concedidos	Sim	Sim	N/A	27 Bom	22 Bom
<b>Tempo Médio de Concessão - TMC (Salário Maternidade)</b>	Medir o tempo de espera para processos com despacho favorável, no serviço Salário Maternidade	Soma dos tempos de processamento dos benefícios (Salário Maternidade) - (DDB-DER), exceto despachos 03 e 04 / Quantidade de benefícios concedidos	Sim	Sim	N/A	27 Bom	20 Bom
<b>Idade Média do Acervo - IMA</b>	Medir o número de dias entre a data da entrada do requerimento e a data do despacho, favorável ou não	Soma dos tempos de represamento de benefícios / Total de benefícios represados	Sim	Sim	150 Crítico	82 Crítico	42 Atenção
<b>Índice De Indeferimento de Benefícios - IIB</b>	Medir a quantidade e de benefícios indeferidos em relação aos despachados	Quantidade de benefícios indeferidos / Quantidade total de benefícios despachados	Sim	Sim	44,36% Atenção	45,85% Atenção	42,38% Atenção



NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	É ÚTIL?	É MENSURÁVEL?	2007	2008	2009
<b>Índice da Demanda Atendida - IDT</b>	Aferir a capacidade da APS em atender a demanda total de benefícios represados + requeridos no mês	Quantidade de benefícios despachados no mês / Total de benefícios represados no mês anterior + pré-habilitados no mês	Sim	Sim	66,10% Atenção	80,56% Bom	69,88% Atenção
<b>Índice de Segurados Reabilitados - ISR</b>	Medir a eficácia da realização dos programas de reabilitação profissional	Número de segurados reabilitados / Número de segurados elegíveis para o programa	Sim	Sim	76,67% Bom	63,14% Bom	75,93% Bom
<b>Tempo Médio de Espera no Atendimento da Perícia Inicial - TMEAAx1</b>	Medir o tempo médio entre a data da entrada do requerimento (DER) e a data da realização do exame (DRE) em exames iniciais (AX1) nos benefícios de espécies 31 e 91	Tempo total de espera para realização da perícia inicial / Total de perícias iniciais (AX1)	Sim	Sim	18 Atenção	13 Atenção	13 Aceitável
<b>Índice de Concessões Judiciais - ICJ</b>	Minimizar as ocorrências de litígios e aperfeiçoar as decisões e aperfeiçoar a qualidade das decisões administrativas para minimizar os litígios judiciais	Soma de benefícios concedidos (despacho 04) / Quantidade de benefícios concedidos	Sim	Sim	N/A	N/A	7,66%
<b>Índice de Desempenho de Celeridade Processual - IDCP</b>	Mede a relação entre o prazo médio para conclusão de processos administrativos disciplinares e o prazo processual estabelecido nos artigos 145 e 152 da Lei nº 8.112/90	Prazo Médio para conclusão de processos administrativos disciplinares / Prazo previsto de processos concluídos (Relatório Final)	Sim	Sim	N/A	72,04% Bom	66,11% Bom
<b>Índice de Desempenho de instauração de procedimentos administrativos disciplinares - IPAD</b>	Mede a eficiência no planejamento e utilização dos recursos financeiros alocados nas ações de correição	Processos instaurados tempestivamente (dentro do prazo prescricional) / Quantidade de processos instaurados.	Sim	Sim	N/A	64,06% Atenção	39,27% Crítico
<b>Ações de Auditoria Planejadas e Executadas - AAPE</b>	Medir a efetividade da ação da auditoria	Número de ações de Auditoria executadas / Número de ações de Auditoria planejadas	Sim	Sim	132,52% Bom	155,10% Bom	101,00% Bom
<b>Ações corretivas Negociadas e Implementadas - ACNI</b>	Medir a eficácia da atuação da auditoria	Número de ações corretivas implementadas / Número de ações corretivas negociadas	Sim	Sim	41,58% Atenção	69,17% Atenção	46,60% Atenção

A avaliação da utilidade dos indicadores apresentados levou em consideração a representatividade e validade do indicador em mensurar adequadamente o objeto para o qual foi proposto.

Já quanto à mensurabilidade, aspectos como a confiabilidade das

informações produzidas pela respectiva origem dos dados e a tempestividade na obtenção dessas informações nortearam a aferição de tal atributo.

De acordo com os critérios citados, avaliamos que os vinte e três indicadores apresentados pelo INSS são úteis e mensuráveis.

Contudo, não constatamos a utilização dos indicadores TME, IRCR, TMEA, TMEA (Aposentadoria), TMEA (Pensões), TMEA (LOAS), TMEA (Salário Maternidade), TMEA (CTC), IMA, IIB, IDT, TMEAAx1, IDCP, IPAD, AAPE, e ACNI como ferramentas de apoio gerencial no processo de tomada de decisão das correspondentes áreas, dada a inexistência de metas anuais de desempenho, devidamente formalizadas no Plano de Ação Estratégica - PAE do Instituto. Diferentemente, as metas de 2009 para os indicadores TMC e seus derivados, ISR e ICJ estão consignadas nos Objetivos Estratégicos 4.3.2, 4.6.1, 4.4.2 do PAE, conforme Relatório de Gestão para o exercício em comento.

Ademais, não foram apresentados indicadores de desempenho para as Diretorias de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL e de Recursos Humanos - DRH do INSS. A ausência desses indicadores em item específico do Relatório de Gestão do INSS demonstra o não reconhecimento, por parte dos gestores das citadas diretorias, da importância deles como instrumentos de apoio à gestão.

Para os indicadores cujas metas foram identificadas, averiguou-se que os valores alcançados são compatíveis com as metas estabelecidas.

#### **4.3 ITEM 04 - AVAL. SITUAÇÃO TRANSF. CONC./RECEB.**

No exercício de 2009 o INSS recebeu, por meio de transferências voluntárias, um montante da ordem de R\$ 19.145.641.770,00, e concedeu um total de R\$ 282.000,00.

Nos trabalhos de auditoria de avaliação de gestão, selecionou-se para análise, com base em critérios de materialidade, relevância e criticidade, 99,98% dos recursos recebidos e 100,00% dos recursos concedidos, conforme detalhado na tabela a seguir:

<b>Qtd. Transferências Recebidas em 2009</b>	<b>Montante</b>	<b>% Qtd. Auditada</b>	<b>% Valor Auditado</b>
4	R\$19.145.641.770,00	25,00%	99,98%
<b>Qtd. Transferências Concedidas em 2009</b>	<b>Montante</b>	<b>% Qtd. Auditada</b>	<b>% Valor Auditado</b>
1	R\$282.000,00	100,00%	100,00%

Como resultado, identificou-se falhas nos processos de concessão e recebimento de transferência, conforme detalhado na tabela abaixo:

<b>Código de Identificação SIAFI</b>	<b>Observância aos arts. 11 e 25 da Lei Complementar nº 101/2000</b>	<b>Atos e fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências adotadas</b>
Não identificado.	Sim	- Ausência de documentação no Processo nº 71000.593433/2008-18; - Falta de controle e acompanhamento dos recursos concedidos por transferência e a não observância da legislação pertinente ao assunto; e - Constatação de 2.808 benefícios assistenciais pagos que vão de encontro ao disposto na Lei nº 8.742/1993.	Não se aplica.

Código de Identificação SIAFI	Observância aos arts. 11 e 25 da Lei Complementar n° 101/2000	Atos e fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Não identificado.	Sim	- Ausência de documentação no Processo; e - Falta de controle e planejamento gerencial na formalização do Termo de Cooperação com a Marinha do Brasil, Processo n° 35000.000405/2008-98.	Não foram reportadas providências.

#### 4.4 ITEM 05 - AVAL. REGULAR. PROC. LICITAT. DA UJ

No exercício de 2009, a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos do INSS realizou 18 pregões, 9 adesões a licitações de outros órgãos, 7 dispensas, 15 inexigibilidades e 1 concorrência, resultando num total de R\$ 74.041.309,40. Desse montante, foram analisados por esta CGU R\$ 71.013.541,61 ou 96% dos recursos licitados. Os trabalhos foram desenvolvidos por meio do acompanhamento permanente dos gastos realizado ao longo do exercício e aplicando-se técnicas de seleção de itens específicos baseado na materialidade dos atos. A tabela a seguir ilustra o trabalho realizado:

MODALIDADE	QTDE DE LICITAÇÕES	QTDE AVALIADA	REPRESENTATIVIDADE FÍSICA	VALOR TOTAL LICITADO (R\$)	VALOR TOTAL ANALISADO (R\$)	REPRESENTATIVIDADE FINANCEIRA
PREGÃO	18	6	33%	12.646.021,93	10.158.993,26	80%
ADESÃO A OUTRA LICITAÇÃO	9	7	77%	2.557.254,42	2.373.747,42	93%
DISPENSA	7	3	43%	1.202.996,03	1.185.039,91	98,5%
INEXIGIBILIDADE	15	1	7%	891.276,00	552.000,00	62%
CONCORRÊNCIA	1	1	100%	56.743.761,02	56.743.761,02	100%
TOTAL	50	18	36%	74.041.309,40	71.013.541,61	96%

Da análise das licitações relacionadas, não foram identificadas impropriedades ou irregularidades que impactassem a gestão. No entanto, as auditorias realizadas para avaliação da execução da Ação Governamental 2593 - "Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social", demonstrou a existência de falhas nos processos gerenciais na área de suprimento de bens e serviços das Gerências e Agências da Previdência Social, em especial no que se refere à execução dos procedimentos licitatórios, fiscalização dos contratos e seus respectivos pagamentos.

Destacamos, tendo em vista o caráter recorrente dos fatos constatados, a necessidade de atuação do Órgão Central junto às Gerências Executivas no sentido de promover a redistribuição de servidores, dotando as unidades locais de licitações e contratos de pessoal suficiente para o desempenho de suas atividades, promovendo, ainda, rodízio entre servidores lotados nessa área, inclusive no que concerne às comissões permanentes de licitação e a fiscais de contrato; necessário se faz, ainda, que o Órgão Central desenvolva critérios de controle preventivo junto às Unidades Regionais na área de licitações e contratos, evitando-se, dessa forma, falhas na instrução de processos, na execução do objeto, e nos atos administrativos e gerenciais que compõem a área de licitações e contratos.

#### 4.5 ITEM 06 - AVAL. DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O INSS disponibilizou a esta equipe de Auditoria Nota Técnica informando que, em 31 de dezembro de 2009, o quadro de colaboradores

alcançava o número de 37.713 servidores ativos. A informação, acompanhada de dados referentes a ingresso de novos servidores por concurso ou outra forma de ingresso, ao quantitativo de cedidos e requisitados, bem como a aposentadorias concedidas em 2009, permite concluir pela ocorrência de uma variação negativa na força de trabalho de apenas 127 servidores, ou seja, menor que 1 ponto percentual. O Quadro a seguir demonstra distribuição aproximada dos servidores ao longo dos últimos três anos.

ATIVOS*	SITUAÇÃO EM DEZ/07		SITUAÇÃO EM DEZ/08		SITUAÇÃO EM DEZ/09	
Área	Meio	Fim	Meio	Fim	Meio	Fim
Quantitativo	13.260	26.138	12.865	26.648	12.000	25.713
Representatividade	34 %	66 %	33 %	67 %	32 %	68 %

As informações pertinentes às aposentadorias revelam uma forte redução no quadro de Médicos Peritos, 373 ao todo, ante o ingresso de apenas 4 novos servidores. De outra forma, 912 novos Analistas do Seguro Social, mais 159 Técnicos, ingressaram na carreira, ante a aposentadoria de 25 e 437 servidores, respectivamente, durante o ano passado.

A grande massa de colaboradores continua vinculada às áreas fim do INSS. Dos 37.716 servidores ativos, dois terços estão lotados ou nas APS, ou nas áreas de Atendimento e Benefícios. Dez por cento, apenas, estão vinculados a funções administrativas nas Gerências Executivas e Superintendências; e menos que 0,5% do Quadro desempenha atividades na sede, em Brasília.

O Quadro a seguir demonstra toda a força de trabalho observado nos exercícios de 2007 a 2009 segmentada por tipo de vínculos de trabalho. Não há a informação quanto ao quantitativo de servidores cedidos (com e sem ônus), contudo, é de notório conhecimento que o INSS cede força de trabalho (sem ônus) ao MPS, alcançando, só na Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, algo próximo a noventa servidores.

ANO	ESTATUTÁRIO	CELETISTA	COMISS./NE	REQ. C/ÔNUS	REQ. S/ÔNUS
2007	39.393	5	17	4	8
2008	39.510	3	13	4	11
<b>2009</b>	<b>37.713</b>	3	12	1	15

Finalmente, observa-se que, quanto à necessidade de recomposição dos quadro de médicos peritos, o INSS já implementou ações a respeito com a publicação do edital, em janeiro de 2010, de concurso oferecendo 500 vagas a esses profissionais. Ainda, conforme apontamentos no relatório de Gestão - exercício 2009, no ano passado foram feitas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a criação - e autorização para a realização de concurso público - de 2.000 novos cargos de Perito Médico Previdenciário.

#### 4.6 ITEM 07 - AVAL. CUMPR. PELA UJ RECOM. TCU/CI

O Monitoramento e o controle das recomendações e determinações constantes de Acórdãos do Tribunal de Contas da União vêm sendo realizados pela Auditoria Interna do INSS com a utilização do sistema CONDEX - Controle e Acompanhamento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União. Os relatórios gerenciais emitidos pelo sistema permitem identificar a situação em que se encontra cada Acórdão, bem como as providências já adotadas pelas áreas internas demandadas.

Identificamos, no site do TCU, o registro de 140 (cento e quarenta) Acórdãos do exercício de 2009 com deliberações dirigidas ao INSS. Aproximadamente 72% (setenta e dois por cento) desses Acórdãos foram direcionados à área de Recursos Humanos em função de irregularidades ou falhas formais em atos de concessão de aposentadorias e pensões. Cerca de 7% (sete por cento) referem-se à Benefícios Previdenciários, em sua maioria com determinações para a correção de irregularidades no processamento de benefícios e de falhas em rotinas dos sistemas da Previdência Social.

Verificamos que aproximadamente 20% (vinte por cento) dos Acórdãos do exercício de 2009 estão pendentes de implementação. Os quantitativos de Acórdãos recebidos por Área estão demonstrados no quadro a seguir:

##### Acórdãos do TCU com determinações ao INSS, em 2009

Área	Acórdãos no exercício 2009	Percentual de distribuição dos Acórdãos por área	Acórdãos não atendidos	Percentual de pendências por área
Recursos Humanos	101	72,1%	21	20,79%
Orçamento, Finanças e Logística	16	11,4%	4	25,0%
Benefícios	10	7,1%	4	40,0%
Corregedoria-Geral	4	2,9%	-	-
Procuradoria	7	5,0%	-	-
Auditoria	2	1,5%	-	-
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	

Fontes: Site do TCU; Relatório de Gestão 2009; Sistema CONDEX

Em relação aos exercícios anteriores a 2009, identificamos 12 (doze) Acórdãos não atendidos ou implementados parcialmente, sendo que 4 (quatro) desses Acórdãos são de responsabilidade da Diretoria de Benefícios e 8 (nove) referem-se às áreas Recursos Humanos, Orçamento Finanças e Logística e Procuradoria. Cabe destacar a intempestividade no atendimento às determinações de alguns destes Acórdãos, tendo em vista encontrarmos pendências em Acórdãos dos exercícios de 2002 a 2008.

Embora a Unidade tenha aperfeiçoado o seu sistema de monitoramento do atendimento às determinações do TCU com a utilização do sistema CONDEX, ainda identificam-se pendências de exercícios anteriores, e relativas ao exercício de 2009, ressaltando-se que, neste exercício, grande parte do Acórdãos pendentes de atendimento referem-se à área de Recursos Humanos.

Dessa forma, verifica-se que o INSS necessita definir institucionalmente ações que permitam às instâncias superiores conhecer a situação do atendimento ou não às recomendações e determinações dos Órgãos de Controle.



No que se refere ao atendimento às recomendações desta CGU, oriundas das constatações relacionadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 224735/2009, após análise do Plano de Providências apresentado pela Instituição, bem como das respostas à Solicitação de Auditoria nº 240762-34 prestadas pelas respectivas Unidades responsáveis, foram consideradas pendentes de atendimento 24 recomendações relacionadas a 13 constatações.

Desse total, os registros referentes ao sistema SISOBÍ, ao pagamento indevido de benefícios, à acumulação de cargos, à jornada de trabalho, ao cruzamento de bases de dados, à obras e ao cumprimento de acórdãos e decisões do Tribunal de Contas da União, estão tratadas em itens específicos do Anexo I Relatório de Auditoria.

Quanto aos registros não consignados em itens específicos, restaram pendentes 06 recomendações, relacionadas a 04 constatações.

#### **4.7 ITEM 08 - AVAL EXEC PROJ/PROG FINANC REC EXT**

Atualmente o INSS é beneficiário do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV), co-financiado com recursos externos, cujo planejamento, coordenação, implementação e acompanhamento esta com Unidade de Coordenação de Projetos do Ministério da Previdência Social (UCP).

O Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV) - conta com um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo 1346/OC-BR, no valor de US\$ 57.000.000,00, e uma previsão de contrapartida no montante de US\$ 57.000.000,00, totalizando S\$ 114.000.000,00 para execução das atividades programadas. São componentes do Projeto: i) projeto gerência e administração; ii) projeto modernização do regime geral; e iii) projeto desenvolvimento dos regimes próprios

Do montante inicial, US\$ 114.000.000,00, o Projeto realizou cancelamentos no valor total de US\$ 40.494.087, fonte BID, passando a contar com recursos no valor de US\$ 73.505.913, sendo US\$ 47.638.509 de fonte interna, e US\$ 25.867.403 de fonte BID.

Desse total, até a data de 31 de dezembro de 2009, foram desembolsados recursos do empréstimo junto ao BID da ordem de US\$ 24.449.970,48, equivalentes a 94,52% do valor previsto para financiamento do Banco, e aplicados US\$ 35.371.627,11 em investimentos custeados com recursos da contrapartida nacional, equivalentes a 75% do montante previsto.

No que refere a execução do projeto, este esteve marcado por indefinições e reincidentes atrasos, revisões nos cronogramas, pertinentes, principalmente, à área de tecnologia de sistemas - processo de desenvolvimento e implantação dos sistemas informatizados previstos no Novo Modelo de Gestão e desenvolvimento institucional, relacionados a Modernização do Regime Geral, cujo o beneficiário é o Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

Verificamos que o projeto não atingiu um adequado nível de execução - considerando o montante inicial, US\$ 114.000.000, uma vez que executou 52% do inicialmente previsto. Isso culminou, inclusive, com o

cancelamento de recursos inicialmente aprovados.

Destaca-se que a baixa execução do projeto foi assunto relatado em trabalhos anteriores desta Controladoria-Geral da União, nos exercícios de 2005 a 2008.

As despesas realizadas pelo Ministério da Previdência Social, a título de Juros, Comissão de Crédito e Amortização, estão apresentados conforme abaixo:

PROJETO		Valor no exercício (R\$)	Valor acumulado do projeto (R\$)
PROPREV	Juros	977.032	4.333.234
	Comissão de Crédito	5.273	559.951
	Amortização	1.571.345	4.875.649

Em nossas análises não constatamos o pagamento indevido de juros, comissão de crédito e amortização por parte do Ministério da Previdência Social aos agentes financiadores, dos projetos citados.

#### **4.8 ITEM 09 - AVAL GESTÃO PASSIVOS S/ PREV ORÇAM**

GESTÃO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Trata-se da avaliação da capacidade da UJ em intervir previamente sobre as causas que ensejaram a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos, bem como as medidas adotadas para a gestão desse passivo, conforme item 9 da parte "A" do Anexo IV da DN TCU nº 102/2009.

Consultas ao SIAFI Gerencial, grupo "FORNEC P/ INSUF CRED", e ao SIAFI Operacional, transação "balancete" (conta contábil 212111100), confirmaram a exatidão dos dados relativos ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos consignadas no item 4 do Relatório de Gestão da UJ (Tabela 186), à exceção dos movimentos devedor e credor relativos aos credores "42.422.253/0001-01 - Dataprev" e "83.876.003/0001-10 - Banco do Estado de Santa Catarina"; os movimentos líquidos, porém, são os mesmos, de modo que os saldos inicial e final não foram afetados por esta inexatidão.

O saldo da conta 212111100 foi reduzido em 12,1% ao longo do exercício, passando de R\$ 139,7 milhões para R\$ 122,7 milhões. A maior parte dos lançamentos (cerca de 65% do saldo final) está relacionada a serviços bancários de arrecadação de receitas e pagamento de benefícios administrados pelo INSS, e é relativa a exercícios anteriores. No exercício de 2009, este passivo foi reduzido em 15,7%, ou R\$ 16,9 milhões. O restante do saldo final (cerca de 35%) é relativo à Dataprev, e está relacionado a serviços por ela prestados no exercício de 2008. No exercício de 2009, este passivo foi reduzido em 4,7%, ou R\$ 2,1 milhões.

As medidas tomadas pela UJ para a redução deste passivo incluíram a solicitação de crédito suplementar, e ainda o requerimento de providências ao Ministério da Fazenda no sentido de incluir na

proposta orçamentária para o exercício de 2010, na Unidade Orçamentária 71101 - Encargos Financeiros da União, dotação orçamentária específica para esse fim.

#### **4.9 ITEM 10 - AVAL. CONFOR. INSCR. RESTOS A PAGAR**

##### **INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

Trata-se da avaliação quanto à conformidade da inscrição de Restos a Pagar no exercício em referência, nos termos do artigo 35 do Decreto nº 93.872/96 e do Decreto nº 6.752/2009, ou legislação que os altere, conforme item 10 da parte "A" do Anexo IV da DN TCU nº 102/2009.

Consulta realizada ao Siafi Gerencial, grupo de itens "RP PROC N PROC CCONT", apontou a inscrição de R\$ 13.268.131.613,54 em RP processados e de R\$ 831.615.788,50 em RP não processados no final do exercício de 2009, no Órgão 37202 - Instituto Nacional do Seguro Social. Foi determinada uma amostra a ser analisada, conforme tabela a seguir; a amostragem foi direcionada, segundo critérios de materialidade e criticidade.

##### **INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PERCENTUAL ANALISADO**

<b>Restos a Pagar Inscritos em 2009 (A)</b>	<b>Restos a Pagar Analisados (B)</b>	<b>Percentual Analisado (B) / (A)</b>
14.099.747.402	293.023.429	2,08%

Para as despesas constantes da amostra, foi verificada a documentação comprobatória relativa: à fundamentação legal da inscrição, para os restos a pagar não processados; e às razões do não pagamento dentro do exercício, para os restos a pagar processados. Foram identificadas um caso de inscrição indevida e outro de apropriação de despesa em duplicidade, além de três casos em que não foram apresentadas as justificativas para o não pagamento da despesa no exercício da inscrição; tais situações identificadas, porém, foram consideradas de baixa relevância, e correspondem a 0,25% da amostra analisada.

Foi também verificada inexatidão dos dados relativos a inscrição e pagamento de restos a pagar consignados no Relatório de Gestão da UJ. Consultas ao SIAFI Gerencial evidenciaram que os dados consignados no item 5 do Relatório de Gestão (Tabela 187) não incluem os restos a pagar processados referentes a despesas da folha de pagamento, todos relativos ao exercício de 2008. Esta omissão não impacta significativamente o quadro geral, em função dos baixos valores envolvidos - os restos a pagar relativos à folha representam, por exemplo, apenas 0,86% do total de RP processados a pagar, ou ainda 0,0001% dos RP processados pagos. Foi emitida a Nota de Auditoria nº 244083/01, de 27/04/2010, recomendando ao INSS a correção dos dados consignados no Relatório de Gestão e a juntada das peças corrigidas ao Processo de Prestação de Contas.

Ainda, o acompanhamento da execução de restos a pagar revelou falhas nas rotinas contábeis ("eventos", no jargão do SIAFI) utilizadas no controle de restos a pagar. Tais falhas ensejaram o registro contábil intempestivo do pagamento de R\$ 11,7 bilhões relativos a benefícios

previdenciários e assistenciais (cujo pagamento foi efetivamente realizado em jan/2009, porém a baixa de restos a pagar no SIAFI só ocorreu em fev/2009), e também a inscrição indevida em restos a pagar de R\$ 4,8 bilhões relativos a benefícios cujo pagamento já havia sido efetuado no exercício de 2008. As rotinas contábeis foram devidamente corrigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

#### **4.10 ITEM 16 - AVAL IRREG NÃO EXPURGO CPMF CONTRAT**

Analisando-se os contratos vigentes no INSS durante o exercício de 2009 não foram identificadas cobranças de CPMF em data posterior à extinção do tributo.

Conforme verificado, foram encaminhadas orientações aos gestores internos, no sentido de:

1. reverem todos os processos de contratação de obras e serviços continuados, inclusive os de engenharia, vigentes ou não, a fim de observarem a incidência da CPMF nas planilhas de custos e formação de preços a sua extinção;
2. providenciarem a restituição dos valores pagos indevidamente pelo Instituto, referentes à incidência da CPMF em contratos vigentes ou encerrados, após 31.12.2007, quando da extinção do referido tributo;
3. providenciarem, em se constatando a incidência tributária indevida, o reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de obras e serviços continuados, inclusive os de engenharia, com vistas a excluir a incidência da CPMF, por meio de aditamento.

#### **4.11 CONTEÚDO ESPECÍFICO**

Avaliando-se a execução da Ação 8426 - "Regularização e Desimobilização de Imóveis do INSS", verificou-se que as alienações de bens imóveis não operacionais realizadas no exercício de 2009 foram executadas com amparo na Lei nº 11.481/2007, concluindo-se, dessa forma, que o INSS procedeu em conformidade com os princípios da legalidade e economicidade, aumentando as receitas do FRGPS em detrimento da diminuição do custo da manutenção de imóveis não vinculados às atividades operacionais do Instituto.

Cabe destacar, entretanto, que 73,40% dos imóveis não operacionais ainda de propriedade da autarquia encontram-se em situação irregular, conforme descrito no Anexo I deste Relatório.

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

### III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília , 23 de junho de 2010.

NOME	CARGO	ASSINATURA
MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA	AFC	_____
CLAUDIA DE SOUZA LEITAO	AFC	_____
MARIA FERNANDA MONZO LUPORINI	AFC	_____
FRANCISCO ROBERIO DE SOUSA JUNIOR	AFC	_____
RENATA KELLY CARDOSO DE REZENDE	AFC	_____
PAULO ROBERTO ALVES CAVENDISH	AFC	_____
MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA	AFC	_____
WALQUIRIA ALVES DE SOUSA	AFC	_____
MICHELE COSTA ANDRADE	AFC	_____
PRISCILLA MIRANDA MOREIRA CHAVES	AFC	_____